



GABRIELA MONCAU

A mesa do debate comandado pelo professor José Arbex Jr.

Revista PUCviva debate Oriente Médio

O lançamento da edição 34 da revista **PUCviva** sobre o Oriente Médio, que ocorreu no dia 7/10, no auditório 333, atraiu muitas pessoas com diversas opiniões sobre o assunto, tanto na mesa quanto na platéia. Os artigos da revista interpretaram a importância geopolítica da região e os conflitos que lá ocorrem.

Estavam na mesa de debate oito dos 14 articulistas da revista. O professor de jornalismo, José Arbex, mediador do debate, ressaltou no início do evento que o intuito da publicação é debater a questão do Oriente Médio sem se resumir apenas ao conflito entre Palestina e Israel. Segundo Arbex, a revista tenta fazer "um retrato diversificado, heterogêneo e amplo sobre o Oriente Médio, abrangendo todas as suas problemáticas".

Ainda segundo o professor, o chão comum dos



artigos da revista é "compreender que os conflitos no Oriente Médio não são provocados por questões étnicas, religiosas, culturais, mas resultado de uma história concreta, iniciada com a divisão imperialista do Oriente Médio".

Durante o debate ocorreram discussões mais ríspidas sobre a relação entre palestinos e israelenses, em que foram expostas diversas interpretações sobre o assunto. Leia a matéria completa na página 3.

Novamente, professores encontram dificuldades no Portal

Com a introdução da nova sistemática de preenchimento de frequência on-line, através do Portal Acadêmico da PUC-SP, os professores foram informados que deveriam preencher a frequência e o plano de aulas até o dia 5 de cada mês.

Porém a história repetiu-se mais uma vez: dificuldades para acessar o Portal, problemas operacionais que tornam a tarefa de preenchimento um verdadeiro calvário para o professor, que hoje, além de ter o seu contrato maximizado, se vê obrigado a ocupar-se de tarefas que antes eram de responsabilidade dos setores administrativos da universidade.

No final do semestre passado todos estes problemas já eram sentidos e

a Reitoria autorizou que os professores preenchessem manualmente os seus diários, na expectativa de que mudanças no Portal pudessem conduzir a um processo menos traumático. Porém, ao que tudo indica, o filme continua a passar no nosso cinema, o que obrigou os professores do Departamento de Jornalismo, depois de várias rodadas de discussão on-line, a tomarem uma posição conjunta de não digitar a frequência e os conteúdos de suas disciplinas on-line. Na página 4 transcrevemos a íntegra do documento dos professores de jornalismo, além de breves entrevistas com os professores que se aventuraram a preencher o formulário do Portal Acadêmico.

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO

Funcionários discutem
assédio moral

Página 5

Estudantes denunciam
perseguição policial

Página 8

EDITORIAL

É preciso defender o MST

A ocupação da fazenda Santo Henrique e destruição de parte da plantação de laranja pelo MST mais uma vez evidenciaram o impasse da reforma agrária, via assentamento. O ocorrido se deu no dia 28 de setembro, mas a ampla divulgação, campanha dos meios de comunicação e mobilização parlamentar do PSDB e DEM se deram a partir de 7 de outubro, quando a liminar de desocupação já havia se cumprido.

Dois problemas envolvem a investida de criminalização do MST: 1. A promessa do governo Lula de modificar os índices que medem a produtividade da propriedade agrária; 2. A CPI pretendida pelo DEM e PSDB, sob a justificativa de que o MST age na ilegalidade, usando dinheiro público. De um lado, pretende-se barrar a mudança do índice e, de outro, eliminar as verbas destinadas às cooperativas dos sem-terra. Certamente, são dois aspectos da luta política no seio do Estado, que não passam de reflexos do choque dos camponeses organizados pelo MST com latifundiários e agroindustriais.

A nova CPI é a terceira tentativa da bancada ruralista, orquestrada por Ronaldo Caiado e Kátia Abreu, ambos do DEM, de incriminar o MST e abrir caminho para o colocar na ilegalidade. As condições políticas ainda não permitiram que a oligarquia latifundiária, que hoje congrega a velha burguesia agrária e a moderna burguesia agroindustrial, alcance esse objetivo antidemocrático. Mas se caminha para isso.

Lula tem conseguido breacar os movimentos sociais utilizando-se das ilusões características de um governo popular, do assistencialismo e das manobras políticas, apoiadas pelas burocracias sindicais e pelas de movimentos. O que lhe tem dado supremacia sobre a oposição concentrada pelo PSDB e DEM. Eis

por que a luta de classe no campo que opõe grandes proprietários e sem-terra se expressa nas divisões burguesas no Estado. De um lado, DEM e PSDB atacam o MST procurando sua criminalização, de outro travam a disputa com o governo, exigindo que este abandone a ambigüidade na questão repressiva aos sem-terra.

A grande imprensa, tendo à frente "O Estado de S. Paulo", potencia a política do DEM e PSDB, constituindo-se em porta-voz partidário. A campanha se dirige a convencer a população de que o MST é formado por quadrilheiros e que os latifundiários e agroindustriais são agentes do progresso econômico-social. Cria-se um clima nacional de condenação político-social do MST para desfazer a repressão. Imagine o delegado encarregado do processo contra os ocupantes da Fazenda Santo Henrique declarar ao "O Estado de S. Paulo" que "foi parado na rua por moradores que querem a punição dos culpados"! O ladrão Paulo Maluf acusa o MST de "horda de bandidos que nada mais fazem do que terrorismo".

A Cutrale ocupou terras públicas e as grilou. Desde 2006, tramita na Justiça de Ourinhos uma ação do Inca contra a apropriação da Cutrale da propriedade pertencente à União. Em abril de 2008, o MST invadiu a fazenda denunciando o jogo que se faz na Justiça, que quase como norma dá ganho de causa ao poder econômico.

A recente ocupação foi um recurso para mostrar que a Cutrale continua a explorar as terras da União como se lhe pertencessem.

É necessário denunciar a propaganda abusiva contra os camponeses, rechaçar a repressão, combater a criminalização do MST e exigir o fim da vergonhosa CPI.

Diretoria da APROPUC

Estudantes de Ciências Sociais lutam pela reabertura da licenciatura no curso

Há algum tempo, estudantes do curso de Ciências Sociais se mobilizam para discutir a implementação da licenciatura na grade curricular do curso, extinta na última reforma curricular, em 2006, impossibilitando que os estudantes se formem professores. Com a lei que recoloca as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, aprovada no ano passado, a licenciatura se torna fundamental para formação acadêmica.

Na semana passada, no dia 06/10, ocorreu uma reunião na Faculdade de Ciências Sociais e os estudantes que formaram a Comissão pela Licenciatura estiveram presentes e apresentaram o Manifesto Pela Reabertura da Licenciatura no Curso de Ciências Sociais, contendo reivindicações como a necessidade de uma licenciatura que não afete o

preço das mensalidades e não precarize o curso (tirando créditos do bacharelado), também foi cobrado da faculdade um posicionamento sobre a questão, após três anos de silêncio.

Nessa reunião foi decidida a formação de uma Comissão de professores e estudantes que será aberta e terá representação direta, impulsionada a partir da Coordenação do Curso. É fundamental que a mobilização continue e que, além das Ciências Sociais, estudantes e professores de outros cursos da PUC-SP participem da comissão, para dar apoio e consistência a causa. O Manifesto e a contribuição de professores, assim como outras informações sobre a licenciatura na PUC-SP e a Sociologia no Ensino Médio, se encontram no blog www.grupos.com.br/blog/sociaispuccsp

Câmaras setoriais começam a funcionar

Na última semana, duas das três câmaras setoriais previstas pelo novo regimento foram instaladas. No início da semana aconteceu a primeira sessão da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa e na quarta-feira, 7/10, foi a vez da Câmara de Graduação, coordenada pela pró-reitora Marina Feldmann.

A Câmara de Graduação reúne os coordenadores de curso de graduação, mais três estudantes (um da licenciatura, outro de bacharelado e

um terceiro dos cursos tecnológicos), que ainda não foram eleitos. As Câmaras têm um caráter consultivo e não deliberativo. Seus encaminhamentos serão analisados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa para posterior adoção. Na sua sessão inaugural a Câmara de Graduação estruturou o seu funcionamento em cinco sub-câmaras.

Resta ainda a Câmara de Educação Continuada iniciar os seus trabalhos.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

Lançamento da revista PUCviva reúne reflexões sobre Oriente Médio

A professora de letras orientais da USP, Arlene Clemesha, abriu o debate pontuando as origens do conflito árabe-israelense e a nova historiografia israelense, demonstrando que ocorreu um processo de limpeza étnica contra os palestinos. "Israel colocou agentes não identificados em todo o território para saber onde estavam as terras férteis e a localização precisa dos vilarejos (palestinos), iniciando uma investigação que culminou no plano Dalet e na guerra de 1948. O plano era detalhado e meticuloso prevenindo a expansão das fronteiras do Estado de Israel para além das acordadas com a ONU e o início de uma limpeza étnica na região".

O Estado de Israel nega até hoje o direito de retorno dos palestinos expulsos durante as guerras para suas casas. Para concluir, a professora disse que "a paz só pode ser alcançada se construída sobre a justiça, não dá para colocar embaixo do tapete os crimes que ocorreram".

Em seguida o tradutor e funcionário da justiça federal, Waldo Mermelstein, falou acerca das perspectivas de luta palestina. Após o massacre da faixa de Gaza em 2008, em que morreram 1450 palestinos e seis soldados israelenses, foi iniciado um tímido processo de boicote a Israel, semelhante ao que derrubou o apartheid na África do Sul.

A fala mais polêmica da noite foi a do professor de Psicologia da PUC-SP Franklin Goldgrub, ao afirmar que a "base do movi-

mento anti-sionista é a omissão e a inversão de informações". Segundo o psicólogo, não é culpa de Israel a retirada de 850 mil palestinos da região e sim dos exércitos árabes, e que, além disso, os palestinos não foram expulsos, mas fugiram de uma guerra que ocorria na região.

Segundo ele, a esquerda omite o fato que durante oito anos as cidades do sul de Israel foram bombardeadas por mísseis palestinos. "A esquerda brasileira é aliada das tiranias dos países árabes", concluiu Franklin Goldgrub.

A estudante da PUC-SP e editora da revista Estratégia Internacional Brasil, Simone Ishibashi, dedicou o início de sua fala para responder ao professor, afirmando que o sionismo é um movimento minoritário no judaísmo e a luta do povo palestino é justa, pois se trata de lutar contra uma política colonialista de Israel.

Para ela, Israel está à mercê dos Estados Unidos e faz seu jogo na região. "É essencial para os Estados Unidos terem um enclave no seio do Oriente Médio". Essa situação só terminará quando "os trabalhadores tomarem a linha de frente na luta por sua autodeterminação", finalizou.

As primeiras palavras do artista plástico Gherson Knispel foram "um país que ocupa outro não é democrático", se referindo a Israel. Após 1967 Israel iniciou um massacre sobre o povo palestino, expulsando de seu território, legitimando a luta palestina. "Um povo que está



GABRIELA MONCAU



Alguns momentos do lançamento da Revista PUCviva: Acima todos os debatedores com Waldo Mermelstein fazendo sua fala; ao centro a estudante Simone Ishibashi (esq) e o professor Erson Martins; abaixo a professora Arlene Clemesha (esq) e Franklin Goldgrub

abaixo tem o direito de se libertar", afirmou.

A jornalista Soraya Misleh, filha de pai refugiado palestino, falou sobre a representação do conflito árabe-israelense na mídia brasileira, que inverte e omite fatos, transformando a resistência em terrorismo e um massacre em guerra. Soraya também abordou a forma como a mídia retrata as vítimas. "Quando é um soldado israelense que morre ele tem nome e uma história, o palestino é só um número". A jornalista concluiu ao dizer que "a ocupação não é boa para ninguém, nem para árabes e nem para israelenses".

O ex-professor da PUC-SP, Erson Martins,

falou sobre o Irã, que apesar de não ser do Oriente Médio influenciou muito na sua política região. "O problema central do Oriente Médio e dos países ao seu retorno é a intervenção do imperialismo, hoje através dos Estados Unidos e antes da Inglaterra e da França".

A gana dos países imperialistas se inicia com a descoberta de petróleo na região, que, para o professor, caracterizou a importância estratégica da região para a manutenção do capitalismo. "Com a descoberta (do petróleo) completa-se o quadro da importância do Oriente Médio para a economia mundial", concluiu Erson Martins.

Docentes criticam procedimentos do Portal Acadêmico

O *PUCviva* procurou alguns docentes da universidade para perguntar se eles encontram dificuldades no portal. A principal reclamação é o tempo gasto para o preenchimento dos dados, foi relatado por alguns professores que a demora média é de 8 a 10 horas, isso quando não cometem erros. Outro problema é o carregamento dos dados no servidor. Por muitas vezes, o portal cai e o professor é obrigado a refazer todo o processo.

A professora da Psicologia, Patrícia Mortara, acha que existe lentidão no provedor e no salvamento. Comentou que o manual de instruções não é satisfatório e que houve confusão no preenchimento das faltas. "Outra questão é o preenchimento do conteúdo previsto e programado, é praticamente impossível cumprir essa tarefa", comentou. Os professores da Psicologia enviaram em junho um documento à Reitoria relatando as dificuldades encontradas no portal.

Já o professor Edmilson Felipe, da Antropologia, relatou que teve problemas maiores no final do último semestre, quando o sistema ficou sobrecarregado, mas acredita que o Portal vai melhorar. Para ele, uma solução para a questão das faltas seria uma máquina na sala de aula. "Todos estamos fadados a perder tempo com alguma coisa e é preciso dedicar tempo ao portal. Não deixa de ser mais uma tarefa para os professores", disse.

A professora da geografia, Marina Castro, também mostra insatisfação com o portal, que para ela "representa um trabalho a mais que deveria ser realizado em sala de aula, ou seja, um trabalho que é de sala de aula tem que ser realizado em casa". A professora ainda falou que o portal é lerdo, apesar de ter melhorado nos últimos tempos.

A manifestação dos professores de jornalismo

Os professores que assinam este documento, integrantes do Departamento de Jornalismo da FAFICLA, informam a V.S. sua recusa em atender aos procedimentos e aos prazos estabelecidos para o preenchimento das planilhas do Portal Acadêmico da PUC-SP.

Apresentam como justificativa para essa decisão os seguintes motivos:

1. do ponto de vista técnico, o Portal é um verdadeiro desastre. Problemas elementares de acesso ainda não foram resolvidos e as planilhas disponíveis para o lançamento de faltas, notas e conteúdos ministrados não são trabalhados de forma inesperada, inutilizando todo o trabalho feito anteriormente pelos docentes. Há, além disso, um problema de projeto: para o registro de um mesmo quesito numa mesma turma, o professor é obrigado a retornar ao início do processo já que os nomes disponíveis dos alunos são muito poucos. Levando em conta a instabilidade do sistema, essa operação, para um único item e para 50 alunos, chega a tomar do usuário um tempo superior à uma hora e meia;

2. ainda do ponto de vista técnico, diversos professores simplesmente não conseguem abrir o Portal, com segurança, em qualquer navegador disponível: Iexplorer, safari,

firefox. Ou, como já ocorreu, abrir o programa em qualquer um deles, sem nenhuma garantia de que os procedimentos poderão ser desenvolvidos até o final dos lançamentos;

3. do ponto de vista da filosofia que parece ter inspirado os criadores do Portal Acadêmico, tudo indica que estamos diante de uma voracidade burocrática sem limites. O preciosismo das planilhas dispostas no sistema podem atender plenamente a lógica dos registros perfeitos, mas acabaram se transformando num desafio e num tormento para a docência: quadriculos diários, campos diários de conteúdos previstos, campos diários de conteúdos ministrados, notas parciais, notas finais, registros de toda ordem são elementos que contrariam a dinâmica didático-pedagógica. Por conta dessa irracionalidade administrativa, os professores têm ficado horas a fio diante de seus computadores - quando tem sucesso em entrar no Portal - ensimesmados e inúteis, constrangidos e conscientes de que executam tarefas que nada têm a ver com suas funções docentes;

4. do ponto de vista funcional, o Portal significa a execução de tarefas eminentemente administrativas de registro e arquivamento de informações que compete às diversas secretarias acadêmicas da PUC pôr em prática. Nessa me-

didada, os professores que assinam o presente documento entendem que estão diante de um grave desvio de função cujas consequências são de ordem trabalhista e não meramente acadêmicas.

5. por último, consideram uma irresponsabilidade que os setores aos quais compete o aperfeiçoamento da informatização dos processos de gestão acadêmica da PUC tenham posto em execução um sistema desprovido de segurança e de funcionalidade, o que transforma os professores - como se já não bastassem as difíceis condições de execução de seu trabalho - em verdadeiras cobaias de um experimento tecnológico precário desde sua própria concepção.

Tendo em vista essas razões, os professores signatários reiteram sua decisão em não atender às exigências feitas pela Reitoria em comunicado distribuído pela direção da FAFICLA, dispondo-se a entregar, ao final do semestre, as informações de praxe (conteúdo, frequência e notas) em documento próprio para os registros necessários. Ao mesmo tempo, comprometem-se ainda a informar diretamente aos alunos o resultado de seu aproveitamento obtido ao final do período letivo.

Segue a assinatura de 22 professores

Funcionários relatam sua preocupação com o assédio moral

Não é de hoje que a AFAPUC vem recebendo queixas dos funcionários que relatam procedimentos de suas chefias que muitas vezes constroem o trabalhador.

Nesta semana, o PUCviva reproduz os principais pontos de um artigo da médica do trabalho Margarida Barreto, que faz parte de sua dissertação de mestrado:

Uma Jornada de Humilhações, defendida no ano 2000, no programa de Psicologia Social da PUC-SP.

Nas próximas semanas estaremos publicando outros documentos relativos ao tema.

O que é assédio moral?

Assédio moral ou violência moral no trabalho não é um fenômeno novo. Pode-se dizer que ele é tão antigo quanto o trabalho.

A novidade reside na intensificação, gravidade, amplitude e banalização do fenômeno e na abordagem que tenta estabelecer o nexo-causal com a organização do trabalho e tratá-lo como não inerente ao trabalho. A reflexão e o debate sobre o tema são recentes no Brasil, tendo ganhado força após a divulgação da pesquisa brasileira por mim realizada. Tema de minha dissertação de Mestrado em Psicologia Social, foi defendida em 22 de maio de 2000 na PUC-SP, sob o título "Uma jornada de humilhações".

A primeira matéria sobre a pesquisa brasileira saiu na Folha de S. Paulo, no dia 25 de novembro de 2000, na coluna de Mônica Bérnago. (...) Em agosto do mesmo ano, foi publicado no Brasil o livro de Marie France Hirigoyen "Harçèlement Moral: la violence perverse au quotidien". O livro foi traduzido pela Editora Bertrand Brasil, com o título Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.

Atualmente existem mais de 80 projetos de lei em diferentes municípios do país. Vários projetos já foram aprovados. No âmbito federal, há propostas de alteração do Código Penal e outros projetos de lei.

O QUE É HUMILHAÇÃO?

Conceito: É um sentimento de ser ofendido/a, menospreza-

do/a, rebaixado/a, inferiorizado/a, submetido/a, vexado/a, constrangido/a e ultrajado/a pelo outro/a. É sentir-se um ninguém, sem valor, inútil. Magoado/a, revoltado/a, perturbado/a, mortificado/a, traído/a, envergonhado/a, indignado/a e com raiva. A humilhação causa dor, tristeza e sofrimento.

É O QUE É ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO?

É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéicas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego.

Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos

pares. Estes, por medo do desemprego e a vergonha de serem também humilhados associados ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o 'pacto da tolerância e do silêncio' no coletivo, enquanto a vítima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando, 'perdendo' sua auto-estima.

Em resumo: um ato isolado de humilhação não é assédio moral. Este pressupõe:

1. repetição sistemática;
2. intencionalidade (forçar o outro a abrir mão do emprego);
3. direcionalidade (uma pessoa do grupo é escolhida como bode expiatório);
4. temporalidade (durante a jornada, por dias e meses);
5. degradação deliberada das condições de trabalho.

Entretanto, quer seja um ato ou a repetição deste ato, devemos combater firmemente por constituir uma violência psicológica, causando danos à saúde física e mental, não somente daquele que é excluído, mas de todo o coletivo que testemunha esses atos.

O desabrochar do individualismo reafirma o perfil do 'novo' trabalhador: 'autônomo, flexível', capaz, competitivo, criativo, agressivo, qualificado e empregável. Estas habilidades o qualificam para a demanda do mercado que procura a excelência e saúde perfeita. Estar 'apto' significa responsabilizar os

trabalhadores pela formação/qualificação e culpabilizá-los pelo desemprego, aumento da pobreza urbana e miséria, desfocando a realidade e impondo aos trabalhadores um sofrimento perverso.

A humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida do trabalhador e trabalhadora de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho.

A violência moral no trabalho constitui um fenômeno internacional segundo levantamento recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com diversos países desenvolvidos. A pesquisa aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. As perspectivas são sombrias para as duas próximas décadas, pois segundo a OIT e Organização Mundial da Saúde, estas serão as décadas do "mal estar na globalização", onde predominará depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho e que estão vinculadas as políticas neoliberais.

Margarida Barreto

Professora justifica o seu voto sobre a estrutura do Comitê de Ética em Pesquisa

No Consun de 2/09 foi aprovada a nova estrutura do Comitê de Ética em pesquisa, agora com a obrigatoriedade de 1/4 de seus membros indicados pela Fundação São Paulo e 1/8 pela Reitoria. A diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Maria Amália Andery (uma das vozes discordantes da nova configuração do Comitê), pediu que constasse em ata a sua justificativa de voto, que reproduzimos abaixo.

A PUC-SP - como parece reconhecer seus dirigentes, uma vez que faz parte de seu "mote" publicitário atual - pode orgulhar-se de ser uma instituição de ensino, pesquisa, prestação de serviços e difusão cultural que merece o rótulo de universidade. A PUC-SP é, no cenário brasileiro, instituição social com características peculiares. É peculiaridade da PUC-SP que o reconhecimento de sua qualidade acadêmica, compromisso social e importância para a formação de quadros intelectuais e profissionais no Brasil foi construído em uma instituição que, ainda que não gratuita, caracteriza-se como instituição de espírito público. A PUC-SP é uma universidade, então, no melhor sentido da palavra.

A pesquisa é atividade essencial e cotidiana na universidade e a pesquisa científica, reconhecemos todos, tem impactos sociais enormes: seja moldando as idéias, conceitos e perspectivas dos homens, seja criando teorias, técnicas e tecnologias que resultam em transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais.

A PUC-SP, ainda que modestamente, tem contri-

buído sistematicamente para a construção de conhecimento que se origina em pesquisa científica no Brasil e assim para a mudança do país. Esta contribuição dependeu e depende do trabalho cotidiano de professores e alunos que no decorrer dos anos demonstraram exaustivamente a seriedade, o compromisso e o caráter ético de sua prática. Se assim não fosse, esta não seria uma universidade de que todos nos orgulhamos e não seria uma universidade reconhecida nacionalmente pela sua qualidade e por seu compromisso ético e social.

Estes resultados foram alcançados e este caminho só continuará a ser percorrido, acredito, porque os docentes desta universidade e, mais especificamente, seus pesquisadores tiveram autonomia e liberdade de trabalho, ao mesmo tempo em que souberam, eles mesmos, regular, regulamentar, orientar e dirigir seu trabalho, respeitando diferenças, mas exigindo compromisso ético e coerência com a natureza pública que é inerente à universidade e à pesquisa científica.

A história da ciência, a história da universidade brasileira e, mesmo a história da PUC-SP, nos ensinam que apenas com autonomia e liberdade para trabalhar e desenvolver idéias e para criar seus mecanismos de regulação e supervisão, a ciência produziu conhecimento e tecnologia que contribuíram para a dignidade humana e para a solução de problemas humanos com caráter ético e socialmente responsável.

Entendo que são estas as

razões pelas quais os Comitês de Ética em Pesquisa instituídos pela normatização do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nada mais são do que organismos que devem garantir a auto-regulação da atividade científica, que deveria ser característica da melhor ciência, com vistas aos interesses do bem comum e da ética, nos próprios locais e por aqueles que são produtores de pesquisa. Estes comitês são então órgãos de auto-regulação e são constituídos como tal porque só assim é possível - ainda que potencialmente - atingir-se o equilíbrio necessário entre interesses individuais e sempre partidários, no sentido de que são interesses de uma parte, e os interesses que são do bem comum.

A proposição a este egrégio conselho de constituição de Comitê de Ética na PUC-SP em pesquisa, do qual participam membros que representam a Reitoria e a fundação que dirige econômica e financeiramente a universidade, transforma substancialmente o caráter de tal Comitê. Esses membros participarão do Comitê representando - por definição - partes, ou, ainda, interesses que não são aqueles intrínsecos à pesquisa científica. Como tal, não poderão tomar como medida de avaliação a natureza científica da pesquisa e assim transformam o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP de um mecanismo auto-regulatório em um mecanismo regulado por interesses que são, por sua natureza, estranhos e, que, eventualmente, serão incompatíveis, com a melhor prá-

tica científica.

Trata-se então de discutir a natureza do que se propõe. Ou seja, não é realmente relevante se os membros incluídos representam esta ou aquela instituição específica, ou melhor, esta ou aquela parte de uma instituição, mas de esclarecer que tais membros representam interesses, idéias, parâmetros e compromissos que não são estritamente aqueles envolvidos na prática de fazer ciência.

A proposta submetida, do meu ponto de vista:

a) fere o espírito da normatização do CNS sobre os Comitês de Ética em Pesquisa;

b) é desnecessária face à experiência histórica desta universidade que se demonstrou perfeitamente capaz de escolher autonomamente fazer a melhor ciência, sem ferir princípios éticos ou morais consagrados em nossa cultura;

c) transforma o caráter dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP e, por extensão, coloca em risco o que está inscrito no artigo 3º do Estatuto de nossa universidade, a saber: "No cumprimento de sua missão a **PUC-SP** orienta-se, fundamentalmente, pelos princípios da doutrina católica. **Dentro desse espírito, assegura a liberdade de investigação, de ensino e de manifestação de pensamento, objetivando sempre a realização de sua função social, considerada a natureza e o interesse público de suas atividades**".

Maria Amália Andery é diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato apoia resistência de Honduras

Na sexta-feira, 2/10, foi realizado um ato em solidariedade ao povo hondurenho no vão livre do MASP, na Avenida Paulista, em que cerca de 300 militantes foram às ruas pedir o fim do golpe militar que depôs o presidente Manuel Zelaya. O ato foi organizado pela Intersindi-

cal, Conlutas, Esquerda Marxista, PSOL, PCB, PSTU, MST, diversos sindicatos e Tribunal Popular.

Durante o ato, os manifestantes refletiram que o golpe em Honduras, na verdade, representa uma ameaça à democracia de todos os países da América Latina. Os militantes também defende-

ram a soberania dos povos do continente e de todo o mundo. Outra bandeira levantada durante o ato foi que, além da volta do presidente deposto, o povo de Honduras possa decidir o seu futuro numa assembleia constituinte, livre e soberana.

Também foi defendida

a ampliação do boicote comercial a Honduras como maneira de pressionar o governo golpista de Micheletti.

Um integrante da Via Campesina de Honduras, Cesar Aguilar, também participou do ato e agradeceu a solidariedade do Brasil ao povo hondurenho.



FERNANDO ZANETTI/POR ANDUBAS

Mercedes Sosa em sua apresentação no Tuca em 1978

Mercedes Sosa

Morreu no domingo, 4/10, a cantora argentina Mercedes Sosa. La Negra Sosa, como a cantora era carinhosamente chamada, foi uma militante que com sua música denunciava as ditaduras na América Latina e fomentava a resistência à opressão desses regimes. Após o golpe na Argentina em 1976 seus discos foram proibidos naquele país e em 1979 ela foi presa após um show, juntamente com boa parte de seu público. Durante a ditadura militar brasileira visitou várias vezes o país fazendo

shows e gravando discos com Chico Buarque e Milton Nascimento, entre outros.

Mercedes veio ao Brasil em 1978, realizando vários shows e debates na periferias de São Paulo, discutindo com movimentos populares e sindicatos. Um dos shows de Mercedes aconteceu no teatro da Universidade Católica, Tuca. Em 1976, o conjunto brasileiro Tarancón lançou no Tuca o seu maior sucesso, Gracias a La Vida, onde interpretava várias canções do repertório de Mercedes.

Intersindical organiza 3º Encontro Nacional

Nos dias 31/10 e 1/11, será realizado o 3º Encontro Nacional da Intersindical, em São Paulo (Rua Tabatinguera, 192, Praça da Sé). Centenas de trabalhadores e líderes sindicais debaterão a conjuntura e crise capitalista, a construção de um movimento unitário e organização e políticas permanentes da entidade.

Na convocatória do encontro, a central sindical defende maior resistência de centrais sindicais que perderam a autonomia frente ao governo, partidos políticos e patrões. "Com a crise do sistema capitalista internacional, os trabalhadores vêm sofrendo constantes ataques: privatizações, ter-

ceirização, desemprego, redução dos salários e direitos é a receita dos patrões, com apoio do governo e da mídia, para fazer com que os trabalhadores paguem pelas consequências desta crise, gerada pela irresponsabilidade e ganância do Capital", diz a convocatória do encontro.

A Intersindical também reflete sobre como a fragmentação da classe trabalhadora acaba por gerar mais exploração.

Para participar do encontro basta entrar em contato com a central sindical pela página virtual: www.intersindical.inf.br ou pelo telefone (11) 3103-3815.

Termina greve dos bancários

Após proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de reajuste salarial de 6% e PLR (participação nos lucros e resultados) de 90% do salário mais R\$ 1.024, a greve dos bancários chegou ao fim.

Com o acordo, os bancários conseguiram que os bancos distribuíssem até

15% do lucro líquido. Antes da greve os bancos pretendiam fornecer apenas 5,5%.

Apesar da vitória, alguns bancários afirmam que a vontade da maioria dos trabalhadores era continuar em greve e que o fim da paralisação foi resultado de um acordo entre sindicato e patrões.

ROLA NA RAMPA

Aluno de História perseguido

No dia 5/10, um estudante de História, integrante da gestão do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, recebeu uma intimação da polícia para prestar esclarecimentos sobre a utilização de drogas nas dependências da universidade. Esse estudante foi denunciado pela PUC-SP como o responsável pelo Centro Acadêmico, que forneceu para a polícia telefones, endereço residencial, nome e matrícula. O CACS escreveu

uma moção de repúdio à ação, convocando "todos os centros acadêmicos, sindicatos e organizações a somarem neste grande repúdio à atitude da PUC-SP e pela descriminalização do movimento estudantil. Todos juntos por um novo movimento estudantil, que questione o projeto mercantil de educação e construa uma nova universidade". O **PUCviva** continuará acompanhando o caso, noticiando seus desdobramentos.

TRT julga quinquênios dos funcionários

Dia 13/10, terça-feira, na 76ª vara do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) acontece a primeira audiência referente ao Adicional por Tempo de Serviço (quinquênios). A cada cinco anos trabalhados, professores e funcionários tinham direito a um acréscimo de 5% em seu salário, mas a Fundação São Paulo, em

2006, denunciou os acordos internos das duas categorias, limitando a três os quinquênios que cada trabalhador poderia receber. A AFAPUC tentou negociar com a Fundação São Paulo, a pedido do TRT, porém sem sucesso. Agora ocorre a primeira audiência para o julgamento da questão.

PUC-SP não usará a nota do ENEM no vestibular

Assim como a USP e a Unicamp, a PUC-SP anunciou que não utilizará a nota do ENEM para compor a média do candidato no vestibular. O motivo é o adiamento do exame para 5 e 6/12, após o vazamento das provas que seriam aplicadas no último fim de semana, inviabilizando a utilização da nota. O ENEM foi cancelado no dia 1º, após o Estado de S. Paulo ser procurado por dois homens que queriam vender os cadernos de questões.

Debate discute relações entre Brasil e Venezuela

O NACI (Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional) fará uma reunião no dia 14/10, na sala 128, às 14h30 para debater as relações entre Brasil e Venezuela. O debate contará com a presença de Luciano Wexell, diretor do Escritório Comercial da Venezuela no Rio de Janeiro. Fazem parte do NACI os programas de Pós em Ciências Sociais, Pós em Economia Política, Faculdade de Economia e Administração, Centro Acadêmico Leão XIII.



GABRIELA MONCAU

Palestrantes concluem: proibição das drogas gera violência

Na segunda-feira, 5/10, foi realizado o debate *Alternativas à Proibição*, organizado pelo Centro Acadêmico Benedito Paixão e pela ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social). O encontro teve a presença de Henrique Carneiro, professor de História da USP, Rosalina Santa Cruz, do Curso de Serviço Social da PUC-SP, e Fernando Silva, do Coletivo Desentorpe-cendo a Razão.

Na ocasião, os debatedores refletiram sobre as consequências da proibição das drogas para a sociedade. "No mundo inteiro, independente da repressão, existem pessoas dispostas a arriscar a vida e a vender drogas. Cria-se um merca-

do paralelo, que escancara a necessidade de debater o assunto", comentou Fernando Silva. "A proibição interessa apenas àqueles que ganham dinheiro com isso. O narcotráfico é apenas uma maneira de tráfico. Existe uma máfia que trafica pessoas, órgãos e realiza lavagem de dinheiro", disse Rosalina Santa Cruz. Por fim, Henrique Carneiro lembrou que muitas drogas já foram objetos de devoção e, por muitos anos, os principais elementos da cultura e economia. "A questão das drogas precisa entrar na agenda dos direitos humanos, a opinião pública tem uma visão demonizada e superficial", concluiu o historiador.

PUC-SP é multada pela Lei anti-fumo após flagrante

No último dia 18/9, às 20h40, a PUC-SP foi multada em R\$ 792,50 após agentes do Procon terem flagrado pessoas fumando no campus Monte Alegre. Além disso, os fiscais, que vieram à universidade após terem recebido quatro denúncias, localizaram bitucas de cigar-

ro nas rampas e em vasos de plantas, em diversos locais do Prédio Novo. Caso a universidade seja autuada novamente, o valor da multa dobra. A sanção seguinte seria fechar a instituição por dois dias seguidos e, em caso de outra reincidência, por um mês.

Próxima Revista debaterá ensino à distância

A revista *PUCviva*, número 35, já está sendo elaborada. Seu tema principal será *Mercantilização do Ensino e Ensino à Distância*. A diretoria da APROPUC convida a todos aqueles que queiram colaborar com a publicação, para que enviem seus artigos para a sede da entidade, Rua Bartira 407, Perdizes, ou pelo endereço eletrônico apropuc@uol.com.br. O prazo para a entrega termina no dia 19/10 e cada texto deverá conter, no máximo, 15 mil caracteres.